
OS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

THE ARCHIVISTICS OF THE NATIONAL MUSEUM OF FINE ARTS

Thaís Rodrigues de Freitas

Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos pela UNIRIO. Arquivista do Museu Nacional de Belas Artes (IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus) E-mail: thazfreitas@gmail.com

Eliezer Pires da Silva

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e em Memória Social da UNIRIO. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6778-0430> E-mail: eliezerpires@gmail.com

RESUMO

O estudo foi desenvolvido com base em análise dos documentos arquivísticos do atual Museu Nacional de Belas Artes, acrescido dos acervos que integraram as duas instituições antecessoras a existência do órgão atual: Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes. A pesquisa investiga problemas quanto ao arranjo e a descrição aplicadas atualmente, motivada por observações como os entraves de recuperação de dados no acervo, confusões nas relações entre os documentos do passado e a estrutura atual, dificuldades com a constatação de produtores dos itens, além de problemas de diretrizes quanto a classificação e organização interna adotada para o acervo.

Palavras-chave: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Instrumentos de Pesquisa. Arranjo. Descrição. Patrimônio Cultural. Reestruturação de acervos

ABSTRACTS

The study was developed based on an analysis of the archival documents of the current National Museum of Fine Arts, plus the collections that integrated the two predecessor institutions to the existence of the current body: Imperial Academy of Fine Arts and National School of Fine Arts. The research investigates problems regarding the arrangement and description currently applied, motivated by observations such as obstacles to recovering data in the collection, confusion in the relationships between documents from the past and the current structure, difficulties with finding the producers of the items, in addition to guidelines problems regarding the classification and internal organization adopted for the collection.

Keywords: National Museum of Fine Arts (Brazil). Research Instruments. Arrangement. Description. Cultural heritage. Restructuring of collections

1 INTRODUÇÃO

O Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) é uma unidade museológica criada em 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1937). Essa entidade, plural e multifacetada, das Belas Artes foi herdeira de outras duas instituições: a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes. Ela apresenta, sob sua guarda, a maior e mais valiosa coleção de arte brasileira do século XIX e dispõe de um acervo com mais de 70 mil itens, distribuídos por pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, documentos e livros.

Ademais, é integrante do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal criada pela Lei 11.906 de 20 de Janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu uma série de competências e finalidades a serem aplicadas aos museus federais subordinados ao órgão.

O acervo institucional do MNBA foi constituído, originalmente, por três conjuntos distintos de obras: as composições trazidas pelo chefe da Missão Artística Francesa, Joaquim Lebreton, no início do século XIX; os trabalhos pertencentes ou produzidos pelos membros daquela missão; e a coleção de D. João VI deixada por ele no país, ao retornar para Portugal, em 1821. Este acervo bicentenário é fonte de informações e material riquíssimo para a cultura nacional.

A instituição de 82 anos conta com obras de grandes artistas, personalidades e figuras públicas como Jean-Batiste Debret, Irmãos Bernardelli, Grandjean de Montigny e D. Pedro II, entre outros. A instituição disponibiliza seu acervo para acesso ao público por meio de consultas realizadas de maneira presencial e remota.

Com sua constituição oficial datada de 1985, o Arquivo Histórico tem, na composição dos documentos do MNBA, elementos de diferentes proveniências, devido ao fato de a instituição atual ser oriunda de duas estruturas organizacionais anteriores à sua existência. Um acervo dividido em parte de documentos pessoais de artistas da área de belas artes e outra puramente de itens institucionais, com registros das atividades desde a época da Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes até chegar no Museu Nacional de Belas Artes.

A constância nas mudanças impactou diretamente na própria dificuldade do museu em se reconhecer, entender seu passado de forma mais clara, para além dos feudos de alguns estudiosos ou pessoas ligadas mais diretamente à produção artística nacional. Característica a qual se reflete no acervo sob guarda da unidade museal.

As práticas arquivísticas oriundas do fazer técnico e prático de um dos autores deste artigo, sendo um deles a arquivista responsável pelo acervo do Arquivo Histórico do Museu, contribuíram para inquietações e levantamento de diversos questionamentos quanto a questões encontradas nos documentos sob guarda da referida instituição. Isto contribuiu para o início deste estudo, com o estabelecimento de processo investigativo para esclarecer problemas que incluem desde a dificuldade para métodos de recuperação

de informações no acervo com o modelo atual de instrumento de pesquisa, inconsistências na constatação do produtor, bem como das relações entre os documentos institucionais do passado e os da estrutura atual do museu; carência de diretrizes para classificação e organização interna dos conjuntos de documentos do acervo; identificação de pastas através de uma descrição sumária do conteúdo, além de outros aspectos.

Com isso, suscitou-se como questão de pesquisa o questionamento: Como realizar o arranjo e a descrição de documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes? Sendo assim, estabeleceu-se por método a utilização de coleta de dados, revisão documental e bibliográfica, bem como releitura de conceitos e fatos relacionados à organização de acervos. Fundamentou-se em conceitos sobre arranjo e vertentes da descrição arquivística, com base em Millar (2015), Martins (2007), Bellotto (2005), Nesmith (2018) e Cook (2017).

Os objetivos foram sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea e caracterizar a trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do MNBA e seus acervos.

2 OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

Trabalhar com acervos permanentes, que foram acumulados nos moldes de sua base histórica, permite a esses profissionais da informação uma experiência rica em sua vivência cultural, no decorrer do tempo. Não é como trabalhar com documentos jurídicos, ou de partes financeiras, e suas respostas práticas, exatas. Envolve muito mais que isso, conforme analisa Martins:

A história é um componente comum a todas as formas de cultura, mantendo, no entanto, sua especificidade. Essa especificidade está na articulação temporal dos sujeitos com o processo de sua formação no passado, de seu agir no presente e de sua projeção no futuro. O indivíduo, como agente racional humano, define-se substancialmente como um ser para cuja existência, para cujo sentido de ser, é indispensável vincular a consciência do todo (do grupo, da sociedade) com a consciência de si (MARTINS, 2007, p. 32).

O contato com arquivos de origem antiga faz emergir um vasto campo de elementos complexos. Este nicho, que lida diretamente com documentos de arquivos históricos, precisa de muita atenção para ser corretamente compreendido. Logo, essa complexidade da atividade de contextualização e organização do acervo, inerente ao trabalho do arquivista, é o fator que lhe permite a correta compreensão do caminho mais exato para a prática arquivística:

Arquivos, Bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de

procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens (BELLOTTO, 2005, p. 35).

Com seu acervo originado em duas outras instituições que existiram no passado, o Museu Nacional de Belas Artes apresenta uma multiplicidade de escolhas de processamento técnico desde sua origem como instituição. Em sua base, este acervo centenário estimula as inquietudes naturais que qualquer arquivista tem, ao iniciar um novo trabalho de organização de acervo. Soma-se a isto a dificuldade em identificar e contextualizar cada item, quando este arquivista analisa um acervo cujo passado está ligado a outras duas instituições que já se findaram, em que uma foi academia de artes e outra foi escola, e cujos documentos foram agrupados e mantidos sob a guarda do MNBA, que atualmente tem como função ser museu.

Constituído por documentos que já foram altamente manipulados, o acervo sob a guarda do Arquivo Histórico reflete as muitas investidas de organização já ocorridas. Em sua análise, percebe-se que muitos esforços já foram realizados, desde os tempos de Academia Imperial de Belas Artes, nas tentativas de dar uma organização adequada aos documentos sob sua guarda.

Este emaranhado de itens, assemelhado a um “quebra-cabeças”, em alguns momentos explicita o quanto a contextualização de acervos pode fazer a diferença para o trabalho arquivístico. Algo inclusive latente nos estudos de Nesmith (2018), nesta releitura sobre os arquivos e as novas contextualidades entre a teoria e a prática arquivística: “Recentemente, essa guinada contextual tomou alguns rumos importantes e radicalmente novos na teoria arquivística, sob a influência de perspectivas pós-modernas. Em decorrência disso, está surgindo uma visão mais ampla da contextualidade” (NESMITH, 2018, p. 156).

No exercício de contextualizar, o multifacetado fazer arquivístico tem, como aliada, a ação de obediência ao princípio da proveniência e respeito aos fundos (DUCHEIN, 1986, p. 20). O ideal de um mundo perfeito é trabalhar não somente com os conceitos, e mas também com a prática desses aspectos essenciais. Isto seria totalmente viável se a única preocupação se referisse aos acervos que seguiram fluxos, tramitações e todo um ciclo de vida conforme variados caminhos da arquivologia tradicional. Entretanto, há de se ponderar que os ideais não sempre possíveis.

Millar (2015) toca num ponto que dá exatamente o tom daquilo que neste momento se pretende ressaltar quanto à complexidade de se processar tecnicamente um acervo como o do MNBA. Em seu estudo, em que discorre sobre a morte aos fundos em prol da proveniência, referindo-se ao fundo fragmentado, a autora aponta a abordagem canadense como exemplo, ensinando que:

[...] se você possui documentos de uma entidade produtora, você deve mantê-los reunidos de acordo com o seu produtor, como um todo orgânico. Não

se deve separá- los por assunto, cronologia ou suporte; não se deve misturá- los com documentos de outras fontes. Respeite os fundos. Respeite o produtor. Esses procedimentos garantirão a unidade orgânica dos documentos e reforçarão o consenso de que os documentos pertencem a uma totalidade e, não, a uma parte (MILLAR, 2015, p. 147).

Ao se ter em mãos um acervo em que documentos de produtores diferentes foram, em parte, misturados de forma inadequada, sem que houvesse uma correta identificação de cada agente produtor, como no caso do MNBA, em que documentos da Academia Nacional de Belas Artes, da Escola Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes foram misturados e organizados de acordo com critérios diferenciados, tem-se, portanto, o tom do enredamento, assim como a dificuldade de se trabalhar com esta documentação.

Este emaranhado, criado pela junção de produtores, não acontece com todos os documentos do acervo. No entanto, a situação é evidenciada, de forma a incitar o aprofundamento de estudos sobre as relações documentais entre os itens, dentro da teoria arquivística. E isto já seria um fator de extrema complexidade, caso abrangesse apenas dois produtores documentais em processamento técnico arquivístico. Na presença de três produtores, o trabalho adquire a necessidade de critério triplicado, visto que se atua com três distintas personalidades jurídicas, próprias, com existências em datas pontuais, sendo duas delas com cronologia de criação e de extinção, ou seja, fundos fechados.

Millar (2015) observa um aspecto latente no domínio do campo arquivístico, o qual se aplica não somente ao tratamento de acervo, mas também a outras variadas questões na área: “[...] A realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos arquivos não são equivalentes” (2015, p.148). Isso demonstra que, na prática rotineira, trabalha-se o tempo todo muito mais com a readequação de condições teóricas perfeitas, desconstruindo esses ideais técnicos, para poder viabilizar o fazer arquivístico.

Caso os profissionais da informação não tivessem esta flexibilidade para lidar com os meandros rotineiros da área, seria impossível manter o rigor entre a teoria e a prática, para a grande maioria de acervos que não foram organizados de acordo com a tramitação documental tradicional. E este seria o caso dos documentos do Museu Nacional de Belas Artes.

De acordo com Hollós (2006): “Quando se ilumina a ideia da impossibilidade da memória plena e da preservação integral do passado, percebemos que é exatamente essa impossibilidade que permite o confronto criativo entre o ‘mal de arquivo’ e a ‘pulsão de destruição’” (HOLLÓS, 2006, p. 31).

As fragmentações e junções de itens documentais da Academia, da Escola e do Museu são observadas quando se acessa principalmente a listagem, que é o único instrumento de pesquisa atual para localização dos documentos e identificação geral dos

fundos. Esse instrumento de pesquisa apresenta lacunas entre os dados, uma junção de longos períodos e um critério que não consegue seguir uma lógica arquivística eficaz.

Os documentos hoje disponíveis no acervo institucional permanente são heranças de um fluxo histórico que dificultou sua tramitação orgânica natural. Sem um histórico de classificação e temporalidades mapeável, os documentos foram agrupados sob uma lógica que faz o instrumento de pesquisa no modo listagem apresentar lacunas complexas até para se compreender como os itens funcionavam nas funções originais em que foram concebidos:

Uma das dificuldades fundamentais: a classificação dada aos documentos pelos organismos produtores nunca é uma classificação concebida sobre um longo período de tempo. A sua utilidade é essencialmente funcional, pragmática e não histórica. Ela raramente corresponde aos métodos de classificação arquivística que geralmente se aplica sobre partes cronológicas bastante longas (DUCHEIN, 1986, p.14).

Para o usuário do acervo do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes, pesquisar é um ato que demanda um tempo além do ideal. Ressalvadas as lacunas que intempéries do tempo naturalmente provocariam, através das perdas esperadas dentro do processo de tramitação documental, poderia-se ter melhores resultados no uso do acervo pelos consulentes caso este apresentasse arranjo e descrição adequados.

O caminho natural de partir do documento completo para se chegar ao tema específico, na organização, não se aplica necessariamente aos documentos do museu. Essa concepção é distorcida na listagem atual. Tendo isso em mente, pode-se afirmar que, se a organização fosse menos genérica, mais definida nos conceitos básicos, a instituição e seus usuários seriam beneficiados com a ampliação da acessibilidade e a preservação de materiais que os consulentes acabam por manusear desnecessariamente, ao investigarem assuntos para suas pesquisas.

O arranjo é a função que apresenta a principal importância estratégica nos arquivos de valor secundário já em guarda permanente. A ausência de um arranjo, ou até mesmo a existência de um que não reflita com clareza os métodos de definições empregados na organização do acervo, compromete entendimentos futuros sobre as estruturas institucionais e objetivos (DURANTI; MICHETTI, 2019).

Portanto, o cerne do estudo passa pela necessidade de entender a própria historicidade e organicidade da instituição. Após tantas intervenções na organização dos documentos, no passado, o processo de percepção, hierarquização, lógica e estabelecimento de conexões entre as informações existentes no acervo tornou-se complexo e de difícil compreensão. Segundo Bellotto:

A identificação de fundos é um trabalho complexo que requer conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências (e suas mutações) dos órgãos produtores de documentação, nos respectivos níveis da administração pública e nos vários setores da administração privada, se for o caso.

Desse conhecimento depende todo o arranjo de um arquivo permanente, arranjo sem o qual o trabalho posterior de descrição e levantamento de conteúdo dos documentos componentes será seriamente prejudicado. Esse prejuízo fatalmente atingirá toda a otimização da informação administrativa e da pesquisa histórica, cuja eficiência é, afinal, a própria razão de ser do arquivo permanente (BELLOTTO, 2005, p. 134)

Após alguns estudos concernentes à temática, nota-se que, mesmo assuntos como princípio da proveniência, conceitos de fundo arquivístico, ordem original, organicidade, autenticidade, arranjo, descrição e indexação, mesmo que muito estudados e abordados em seus variados aspectos, são questões complexas e ainda extremamente ligadas a problemas enfrentados por muitas instituições na atualidade.

O arranjo e a descrição de documentos são funções arquivísticas essenciais em acervos que perderam seus valores primários e passaram para a guarda permanente. O arranjo trabalha com o que ainda é denominado de classificação por muitos arquivistas que atuam em acervos correntes. Logo, quando os documentos são recolhidos para guarda permanente, a lógica de ordenação passa a ser atribuída ao que se denomina de arranjo.

Diante disso e com os conceitos existentes na área, segundo os quais, a melhor opção seria manter a classificação para a sistemática de arranjo, questiona-se de que forma organizar um arranjo para o acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Da mesma forma, também se questiona a respeito de como descrever estes documentos.

Num primeiro momento, o reconhecimento dos documentos de arquivo pode parecer uma tarefa simples. No entanto, não o é. Esta ação de reconhecimento exige um olhar mais aguçado. Entender suas especificidades de tipos e suas inter-relações favorece a distinção das funções primárias (de produtor) e secundárias (a herança cultural). Analisar as ações que os geraram, assim como a percepção de como o documento está vinculado a pessoas, famílias, comunidades e governos, é essencial e permite fomentar a memória coletiva. O estado dos documentos e suas distintas percepções entre a forma física e a forma intelectual impactam tanto na representação das relações sociais, na história e na identidade de um povo. Isto demonstra a complexidade de definição e interpretação sobre o que é o documento, bem como o que são os arquivos.

Esses aspectos, de construção de memória e seus impactos em diversas esferas de análise, podem ser correlacionados a alguns fragmentos do texto de Joan Schwartz e Terry Cook e publicado em 2004, intitulado Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna, principalmente quando os autores afirmam que os arquivos “são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades” (p.27). Sendo assim, é possível refletir que a correta análise e o estabelecimento de correlações e funções de arquivo, é também um exercício de responsabilidade com a coletividade social.

Ressalta-se ainda que, em muitos casos, os arquivistas são muito práticos em analisar documentos de passados longínquos, ainda que a acessibilidade e facilidade para perceber as estruturas e funções dos órgãos em análise nem sempre sejam possíveis. Por isso, é tão vital a reflexão correta e cautelosa sobre o meio que envolve o acervo.

Ketelaar (2018) pondera que “cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado”. Portanto, quando se tem o cuidado de entender o passado das estruturas de instituições como o MNBA, para compreender as funções ligadas ao contexto original, nota-se a enorme dificuldade para hierarquização e estruturação institucional da realidade anterior.

As reflexões de Ketelaar (2018) quanto às funções são interessantes principalmente quanto à necessidade de se atentar às funções, ao contexto de criação e também à mudança na dinâmica de interpretação sobre cópias e originais. Este fato exige uma investigação ainda mais criteriosa sobre o passado organizacional. Nesse sentido, é essencial procurar as composições de organograma e as funções que englobaram as relações com influência na confecção dos documentos produzidos.

Ao se observar o acervo atual do museu, objetivando diagnóstico, nota-se o quanto fica urgente e visível que a organicidade, a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), foi muito comprometida.

Cook (2017) aponta que a natureza orgânica, quando não foi preservada, demonstra o problema de um arquivo negligente por não ter dado a devida importância ao respeito pelos fundos. Estes fatos são evidenciados quando os princípios da proveniência e da ordem original não são seguidos desde o início. Os profissionais da área são unânimes em afirmar que os norteadores de fatos são justificados pela questão de que: “Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações” (COOK, 2017, p. 9).

Quanto à importância do princípio da ordem original em arquivos, Macedo (2018) aponta a interferência de ações realizadas na custódia de acervos, por sucessores dos produtores dos documentos. Portanto, quem passa a ter a responsabilidade posterior pela guarda realiza intervenções de múltiplos aspectos.

Posteriormente, os gestores da guarda são os que ponderam o estabelecimento de linhas de investigação para buscar as contextualizações. Nesse sentido, Macedo (2018) defende principalmente o uso da “contextualização expansiva e o conceito de expansividade” para o entendimento de lógicas de acervos, com o intuito de se alcançar o ponto mais fiel das origens da produção dos documentos. Para a autora, “a ordem original possibilita se restabelecer a ação do produtor em seu arquivo”, por isso, o estabelecimento de critérios é necessário para o entendimento da relação entre produtor e acervo (MACEDO, 2018, p. 186).

Os arquivos devem representar os processos de trabalho e, para tanto, precisam refletir a realidade de sua estrutura através da sua contextualização. Logo, o arquivo por meio da ordem física adotada inicialmente, assim como o local de armazenamento e acondicionamento, viabiliza uma leitura do seu real valor e da importância atribuída por seu produtor:

A adoção de uma determinada forma de ordenação está longe de ser uma obviedade. Além de ter de considerar os interesses dos usuários e a própria perspectiva de avaliação e eliminação de documentos, o arquivista deve verificar se a ordenação adotada não cria dificuldades para os funcionários que ficarão diretamente incumbidos dela. Por tudo isso, deve-se optar, tanto quanto possível, por formas simples de ordenação (GONÇALVES, 1998, p. 29).

Eastwood (2013; 2016), em seu texto *Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística*, examina a busca pelo estabelecimento das discussões ontológicas sobre os arquivos e documentos de forma interdependente. O autor reconhece a dificuldade de se padronizar o entendimento do conceito sobre a natureza dos arquivos pelos arquivistas. O conceito de “Arquivo Histórico” é apontado pelo estudioso como uma definição antiga, utilizada na organização de documentos importantes do passado. A ideia remete a um panorama e sistematização de conceitos utilizados através do tempo. Demonstra como os arquivistas pensavam sobre o assunto de ordem para acervo de guarda permanente.

Thomasem (2006) observa que o cuidado metodológico empregado no processo de trabalho com o arquivo permite observar o grau de importância concedido pelo produtor à documentação sob sua guarda. Além disso, a metodologia aplicada impacta diretamente na viabilização de melhor recuperação de informação e uso em pesquisas.

Como bem destacado por Thomasem (2006), o estabelecimento de metodologia é vital para permitir a adoção de critérios que tornem as pesquisas de arquivo efetivas. No artigo *O método arquivístico*, Duranti e Michetti (2019) sinalizam a dificuldade de clareza identificada na pesquisa arquivística, e fazem ressalvas em relação à falta de hábito, por parte de arquivistas, em demonstrar e registrar os métodos que utilizam. Posto isto, um erro na metodologia aplicada ao tratamento de dados poderá impactar negativamente na sua identificação e manuseio pela coletividade social e cultural futura.

O Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês para International Council on Archives), através da sua Declaração universal sobre os arquivos, ressalta o papel primordial deste cuidado, necessário com a memória, como “papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva” (ICA, 2010).

A classificação é responsável “por refletir as funções e operações que fazem parte das atividades do órgão”, como Schellenberg (2005, p. 83) bem define. Sendo assim, a inexistência dela na origem, pois no pretérito não ocorreu esta preocupação com os

documentos, impede a facilitação do arranjo, que Bellotto (2005, p. 29) aponta como “a classificação no âmbito dos arquivos permanentes”.

Arranjo, descrição e inventário são temas que continuam a ser empregados mesmo com a mudança de perspectiva tecnológica. E isto fica bem claro em estudo realizado por Macedo (2018). Por mais moderno e diferenciado que seja um arquivo, não há como desconsiderar o uso dessas técnicas. Não há outro sistema que consiga preencher lacunas de estruturação e descrição de acervo.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

É essencial refletir a melhor forma de descrição a ser aplicada na instituição, independente do seu suporte, englobando os documentos nos moldes mais tradicionais, como o papel, aos mais modernos, como os documentos digitalizados (MARIZ; CORDEIRO, 2018). Segundo esses autores, a relação orgânica que os documentos mantêm entre si é uma noção geral da Arquivologia e permite a visão integral sobre determinado conjunto documental.

Considerando as avaliações dadas pela sociedade atual às consultas ao acervo do Arquivo Histórico do MNBA, julga-se que estas poderiam ser mais ágeis e eficazes caso as descrições estivessem em sintonia com as inovações tecnológicas, inserindo-as na dinâmica de rotina do setor. Conforme afirma Koyama:

À medida que os Arquivos se colocam na rede mundial, vemos multiplicarem-se em suas seções educativas as linhas do tempo e prevalecerem imagens que reafirmam essa representação instrumental do tempo, tendencialmente unitária, eurocêntrica, expressão de uma dada racionalidade técnica ainda presente na academia (KOYAMA, 2016, p. 83).

Em um processo de construção de instrumento de pesquisa, a descrição atua como base constante para o apontamento de informações relevantes, além de identificação do acervo. O mundo contemporâneo lida com o tempo de processamento e a resposta a demandas de maneira muito diferente das gerações anteriores. Logo, a alta demanda por respostas e a ampliação da velocidade de difusão e do processamento da informação exprimem não mais uma necessidade de adequação por parte das instituições, e sim uma obrigatoriedade para a geração atual. Isto devido ao fato de o usuário de arquivo ter o perfil similar ao descrito por Oliveira (2010, p. 44): “[...] demanda ao serviço de arquivo um documento para dar continuidade a uma ação, normalmente o faz utilizando-se de um desses elementos de identificação do documento, que constituem o próprio documento e que se transformam em elementos para sua recuperação”.

As tecnologias também contribuíram para o surgimento de novas formas de trabalhar com os instrumentos de pesquisa, com uma nova geração desses instrumentos de referência. Andrade e Silva (2008) lembram os novos recursos viabilizados pelo

advento da internet, além da potência apresentada pelo acesso através da web via instrumentos de pesquisa on-line. Todas essas vantagens convergem para a percepção da urgência de se repensar os moldes utilizados atualmente na oferta de informações pelo Arquivo Histórico Institucional do Museu Nacional de Belas Artes.

Oliveira (2013), em seu artigo sobre descrição e reinvenção dos arquivos, aborda aspectos das necessidades do mundo atual, em que as bases de dados precisam pensar a perspectiva da descrição nos arquivos. Nesse artigo, em que analisa pontos positivos e negativos do processo descritivo, em conjunção com a busca por normatizações, a autora ressalta que “[...] é por meio da descrição que poderemos aumentar a demanda aos arquivos e ampliar o número de usuários e diversificar o seu perfil” (OLIVEIRA, 2013, p. 331).

Isto demonstra que, ao se trabalhar com o acervo institucional do MNBA, deve-se buscar maneiras que possam conectar o que foi tratado como o estabelecimento de conexões contextuais entre os documentos. Os mecanismos empregados no pretérito colaboraram para a perda de sentidos atribuídos por ordem original e constituíram fragmentação.

Os esforços atuais, iniciados com a ampliação da investigação de dados e a inclusão de diálogos com antigos funcionários do museu, para entender algumas transformações que não poderiam ser entendidas apenas por meio de leituras dos poucos registros localizados, são alternativas que colaboraram para o entendimento sobre o motivo de um setor estar subordinado a uma hierarquização setorial que não consta com registro em documentos oficiais regimentais em vigência. Isso, por exemplo, ajudou a repensar campos descritivos e seus respectivos níveis, para deixar tudo de modo mais claro nos dados a serem disponibilizados para os consulentes.

Nesmith (2018), em seu texto sobre releitura de arquivos e novas contextualidades para teoria e prática, cita o diferencial que história arquivística ou oferecimento de visões introdutórias “[...] mais detalhadas dos vários tipos de informação contextual sobre os documentos no sistema [...]” (2018, p.171) poderiam oferecer aos pesquisadores. O que é uma ideia para novas perspectivas para a descrição arquivística.

Ações como esta, aliadas ao estabelecimento de procedimentos, podem garantir no futuro a manutenção de medidas adotadas como parâmetros de descrição para o Arquivo Histórico do museu. Este deve ser o foco desta pesquisa. Estas medidas devem ser uma parte estratégica essencial para a construção de instrumento de pesquisa e arranjos sólidos, para perpetuar a documentação histórica desta unidade museal para a população como um todo.

As adversidades existentes entre técnica e o fazer são constantes na rotina da prática arquivística. Nas instituições, os documentos sofrem os impactos das inconstâncias das metodologias aplicadas para o tratamento documental. A transcodificação da representação da linguagem documental para o registro em instrumentos de pesquisa

é o ponto essencial para contribuir na lógica de organização de um acervo. O reflexo da atribuição de linguagem verbal, assumida pela descrição daquilo que é retratado nos documentos, impactará nos instrumentos de pesquisa como produto desta incumbência.

Ao mesmo tempo, quando se baliza que a descrição pode facilitar e ampliar o acesso, há de se ter clara a importância de aplicar normalizações que viabilizem o uso de linguagens facilitadoras e padronizadas. A falta de uso de padrões implica em um montante de dados, cujo descompasso causa impactos diretos na maneira de ofertar acessos eficazes ao que os pesquisadores buscam. Não que o uso de normas como a ISAD(G), por exemplo, tenha a perfeição e resolva todas as arestas que englobam a temática, longe disso. No entanto, como ponto de partida para acervos que atualmente não apresentam o que se busca, essa atualização das ferramentas pode se converter em benefício automático para os consulentes.

As salvaguardas de acervo de imagens com o emprego de técnicas de linguagens de descrição padronizadas colaboram positivamente para garantia do legado histórico, preservação, acesso, uso e ampliação dos impactos na memória cultural da sociedade. Não há viabilidade de implantação de banco de dados, acessos remotos, se o trabalho essencial de construção inicial na base não for feito. É por isso que tudo pode se transformar na Arquivologia, mas o papel da descrição quanto função segue importante tanto para documentos textuais quanto para os iconográficos. Apenas passa por reformulações, como elaboração de normas atualizadas ou adaptação de instrumentos de pesquisa ao meio digital. Portanto, seu lugar na arquivologia segue com aprimoramentos, visando melhorias de acessos.

4 CONCLUSÕES

O Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes apresenta um acervo documental arquivístico de importância histórica, social e artística única. Nele, é possível não somente conhecer fatos de extrema relevância e importância sobre artes. Seus documentos são o espelho da história, transições políticas, transformações arquitetônicas culturais, patrimoniais e até sociais. Diante desta percepção, ressalta-se que uma das maiores adversidades encontradas por esta pesquisa foi a dificuldade de acesso a algumas fontes.

O IBRAM e o MNBA têm dificuldade em dar fluidez aos mecanismos de trâmites e recolhimento. O museu atualmente busca o estabelecimento de uma rotina de gestão, com profissionais atuantes nos entraves, nas dificuldades. Uma arquivista foi destinada a adotar medidas, buscar melhorias para os acervos correntes e intermediários; enquanto a equipe do Arquivo Histórico trabalha para contribuir na organização institucional do acervo que consta em guarda permanente. Por consequência, o Arquivo Histórico Institucional é impactado por este panorama.

Mais um ponto a se destacar é o fato de que o acervo institucional também é composto por outra série de detalhes fragmentados que precisam de um tratamento arquivístico. Na década de 1970, anterior à existência do Arquivo Histórico do museu, estes documentos, hoje com guarda no setor, foram submetidos a uma lógica de organização desconhecida dos funcionários atuais. Parte da documentação que existia na época foi movida para o acervo do Museu D. João VI.

A falta de um cuidado arquivístico em estágios anteriores torna o tratamento dos documentos institucionais um processo que demanda investigação sobre a própria razão de a unidade museológica existir. A elaboração de um arranjo documental está conectada diretamente com a ação de conhecer a estrutura atual e todas as transformações sofridas pelo museu ao longo dos anos. Ter a história administrativa esclarecida, por meio de conexões com o passado que ajudem a interpretar corretamente a atualidade, é vital para a confecção de um bom arranjo e descrição.

O estudo sobre o caso do Museu Nacional de Belas Artes viabiliza perspectivas quanto a linhas de trabalho a serem desenvolvidas, aprimoradas e ampliadas. Isto incluiria adotar padrões normativos de Arranjo e Descrição. Aprimoramento e capacitação da força de trabalho multidisciplinar atuante no acervo, com garantia de estabilidade nas metodologias a serem aplicadas na organização dos documentos arquivísticos institucionais. Aplicação de políticas de acesso e uso, de acordo com as práticas vigentes para os documentos arquivísticos institucionais do museu. Realização de diálogos com funcionários mais antigos e ex-funcionários para conseguir, através da conversa oral, recuperar dados enriquecedores que apresentem possível impacto para aprimoramento aos dados sob guarda do acervo. Criação de parceria com o Museu D. João VI da UFRJ, a fim de estabelecer conexões entre os itens que foram separados na década de 1970, na tentativa de organização dos acervos. Deste modo, será possível o mapeamento sobre quais documentos integrantes da Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes estão sob guarda de qual instituição neste momento.

Outros aspectos interessantes seria definir, estabelecer e implantar mecanismos de infraestrutura que viabilizem o armazenamento dos dados em âmbito digital. Adoção de critérios para garantia de autenticidade e confiabilidade dos dados e metadados dos documentos em ambiente digital. Digitalização de todo o acervo arquivístico institucional permanente, com o estabelecimento de representantes digitais, com o objetivo de preservar o patrimônio documental, de modo a garantir a salvaguarda da integridade física dos itens deste acervo. Confecção de manual com especificações técnicas para a digitalização dos documentos arquivísticos históricos do museu. O estabelecimento de política de preservação de acervos com uma cultura que permita a coabitação híbrida entre os documentos físicos existentes e sua conversão, para permitir a viabilidade de o item analógico progredir a um ambiente que preserve itens arquivísticos no formato digital. Seleção de hardwares, softwares e formatos de arquivo que proporcionem expectativas

ideais para garantia de permanência e facilidade de acesso para os materiais digitais em longo prazo. Certificar-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma. Construção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis e respectiva difusão. Adoção do Atom como plataforma de acesso e, se possível, a implantar o Repositório Digital Archivemática. Promover a proteção dos materiais digitais contra eventuais perdas acidentais e por corrupção de dispositivo físico. Prevenir a obsolescência de softwares e hardwares. Estudar, adotar e implementar o estudo de usuário. Adotar perspectivas de Difusão Cultural por ambientes digitais, com objetivo de ampliar o alcance e acessibilidade para atuais e futuros consulentes do acervo

O processo investigativo sobre o Arquivo Histórico e seu acervo arquivístico institucional passa pela busca de compreensão das complexidades inerentes ao panorama do “quebra-cabeças” que se tornaram as tentativas de solucionar a ordenação e o tratamento dos documentos do setor. Toda esta situação pode ser melhor evidenciada através do rastreamento da trajetória dos documentos, por meio do mapeamento da História Administrativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14–29, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 3. ed. São Paulo: TA Queiroz, 2005.

BRASIL. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 1937. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2009. (Arquivada pelo Ato de 13 de fevereiro de 2019). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **Declaração universal sobre os arquivos.** Aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica_2010_universal-declaration-on-archives_pt-1.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico:** teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marquesda Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-4, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DURANTI, L.; MICHETTI, G. O método arquivístico. In: GILLILAND, Anne J.; McKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.). **Pesquisa do multiverso arquivístico.** Tradução: Ana Cristina Rodrigues. Salvador: Editora 9Bravos, 2019.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, jul./dez. 2013, p.15-27.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 2016. p. 7-45.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1998.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro:** os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17025/> Acesso em: 25 mar. 2021.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: NEDEL, Heyman L. **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2018. p. 193-206.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 74-88, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42962>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MACEDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais.** Niterói, 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Federal de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILLAR, Laura. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41789> Acesso em: 01 mar. 2021.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo: FFLCH, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). **Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 327-332.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 5. ed. Tradução: Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

THOMASEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5 n 1 p. 5-16, jan./jun. 2006.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro Indaiatuba**, São Paulo, v. 3, n. 3, jul. 2004. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/658>. Acesso em: 15 out. 2021.

Recebido/ Received: 15/07/2022
Aceito/ Accepted: 09/08/2022
Publicado/ Published: 30/08/2022